

O futuro da educação: um futuro já repleto de histórias

Maurice Tardif

Resumo:

Este artigo é uma reflexão sobre o futuro da educação, um futuro que já se mostra repleto de histórias. A partir da indagação sobre para onde caminha a educação, busca-se trazer os pontos fortes da educação, a partir de linhas de força no passado que delineiam o presente. Uma dessas linhas de força é o racionalismo, que moldou a ciência moderna, trazendo a racionalização para a educação ao subordiná-la à economia. Aprofunda-se sobre o caminho da educação enquanto ciência, o papel da escola e da formação de professores, como outras linhas de força. Reflete-se sobre o papel da criança, do professor e das tecnologias de informação e comunicação presentes na escola. Considera-se que a ecologia e as preocupações ambientais em larga escala propiciam uma maior conscientização contra a mercantilização da educação, tendo em vista que a mercantilização da educação é uma ameaça à escola do futuro, ao impedir que a educação seja compreendida como formação integral do ser humano, atividade cultural e aprendizado para viver juntos.

Palavras-chave:

futuro da educação; escola do futuro; formação integral; formação de professores; TIC

The future of education: a future already full of stories

Abstract: This article is a reflection on the future of education, a future that is already full of stories. From the question about where education goes, we seek to bring the strengths of education, from lines of strength in the past that outline the present. One of these lines of strength is rationalism, which shaped modern science, bringing rationalization to education by subordinating it to the economy. The path of education as science, the role of school and teacher training, as other lines of strength, is also outlined. It reflects on the role of the child, the teacher and the information and communication technologies present in the school. It is considered that ecology and environmental concerns on a large scale provide greater awareness against the commercialization of education, considering that the commodification of education is a threat to the school of the future, by preventing education from being understood as integral formation of the human being, cultural activity and learning to live together.

Keywords: future of education; school of the future; integral training; teacher training; TIC

L'avenir de l'éducation : un futur déjà porteur d'histoires

Résumé: Cet article est une réflexion sur l'avenir de l'éducation, un avenir déjà plein d'histoires. À partir de la question vers où chemine l'éducation nous montrons les forces de cette même éducation du passé, forces qui se profilent et dessinent déjà les forces de l'éducation du présent. L'une de ces lignes de force est le rationalisme, qui a façonné la science moderne en apportant la rationalisation à l'éducation quand elle devient subordonnée à l'économie. L'éducation comme science, le rôle de l'école et la formation des enseignants, sont d'autres lignes de force également décrites dans ce texte. Nous réfléchissons sur le rôle de l'enfant, de l'enseignant et des technologies de l'information et de la communication présentes à l'école. On considère que les préoccupations écologiques et environnementales à grande échelle ont un rôle majeur dans la conscience de l'éducation. La marchandisation de l'éducation est une menace pour l'école de l'avenir, en empêchant que l'éducation ne soit comprise comme formation intégrale de l'être humain, une activité culturelle et un apprentissage du vivre ensemble.

Mots-clés : l'avenir de l'éducation; l'école du futur; formation intégrale; formation des enseignants; TIC

El futuro de la educación: un futuro que ya está lleno de historias

Resumen: Este artículo es una reflexión sobre el futuro de la educación, un futuro que ya está lleno de historias. A partir de la pregunta sobre hacia dónde va la educación, buscamos traer las fortalezas de la educación, desde líneas de fuerza en el pasado que delimitan el presente. Una de estas líneas de fuerza es el racionalismo, que dio forma a la ciencia moderna, llevando la racionalización a la educación subordinándola a la economía. Se describe el camino de la educación como ciencia, el papel de la educación escolar y docente, como otras líneas de fuerza. Reflexiona sobre el papel del niño, el profesor y las tecnologías de la información y la comunicación presentes en la escuela. Se considera que la ecología y las preocupaciones ambientales a gran escala proporcionan una mayor conciencia contra la comercialización de la educación, considerando que la mercantilización de la educación es una amenaza para la escuela del futuro, al evitar que la educación se entienda como una formación integral del ser humano, la actividad cultural y el aprendizaje para vivir juntos.

Palabras clave: futuro de la educación; escuela del futuro; formación integral; formación del profesorado; TIC

Introdução

Para onde caminha a educação? Como evoluirá este vasto e rico campo de ideias e de práticas, muitas vezes, milenares, nas próximas décadas e ao longo do século XXI? Entre as correntes de pensamentos, concepções pedagógicas e teorias educacionais que existem atualmente, quais são aquelas que permanecerão em médio e longo prazo? Quais novas práticas pedagógicas, novas instituições, novos atores, novos dispositivos de formação emergirão nos próximos decênios? Como veremos a aprendizagem e o ensino nesse século? Qual será o papel do docente? Quem será a criança e o aluno do futuro? Veremos o nascimento de um novo Rousseau que enfrentará a tarefa de repensar a natureza fundante da educação?

Sem nos lançarmos em futurologia, responder a essas perguntas não é fácil. Provavelmente, seja impossível respondê-las! De fato, na educação como em todas as outras áreas fundamentais da atividade humana (trabalho, arte, tecnologia, ciência, entre outras), o futuro depende, em parte, do passado e do presente, que já o moldam. Tratamos, porém, de uma questão de liberdade, ou seja, de criatividade e atividade dos seres humanos. Como Hannah Arendt aponta em seu livro de 1958 "A Condição do Homem Moderno", as crianças são os novos humanos dotados de ações e iniciativas imprevisíveis. Nós as educaremos para que se familiarizem com o mundo dos adultos e, para que, gradualmente, se apropriem dele. Não sabemos, entretanto, o que farão com esse mundo e como pretendem transformá-lo. Resta-nos uma certeza: elas construirão algo novo sobre a base que deixaremos de herança, quer seja o transformando, quer seja o renegando.

1. Os pontos fortes da educação

Dito isso, o futuro da educação nos é totalmente impenetrável. É inútil querer antecipá-lo? Não, porque a liberdade dos seres humanos nascidos hoje e daqueles que nascerão amanhã será verdadeiramente semelhante à nossa. Não será absoluta, será uma liberdade humana verdadeira, ou seja, uma liberdade limitada, concreta, complexa e difícil, uma liberdade que se possa recusar ou aceitar, negar ou assumir. Mas, os seres humanos terão de exercê-la de acordo com o peso do passado - de tudo o que foi alcançado pelas gerações anteriores - e das tendências que já estão moldando o presente e, portanto, o futuro próximo. A este respeito, lembremo-nos que a longa história ocidental da pedagogia já está, em sua boa parte, realizada. Assim, pouco importa o grau de liberdade que acreditamos possuir, esta longa história, de mais de dois milênios e meio, não pode ser refeita ou desfeita.

Portanto, é necessário confiar na história e contar com ela para pensar e antecipar o futuro. Na educação, como em outras áreas, o que é chamado de antecipação do

futuro, nada mais é do que um exercício invertido de reflexão histórica: antecipar o futuro é buscar no passado as linhas de força que se entrecruzam e estruturam nosso presente, que ao serem tensionadas, nos fazem, por hipótese, compreender que haverá efeitos a longo prazo sobre nossos descendentes e sobre os descendentes de nossos descendentes.

Ora, considerando o passado, essas linhas de força que guiarão em parte o futuro da educação não são homogêneas nem contínuas. De fato, a história da educação, mesmo que esteja limitada ao ocidente, não é uma locomotiva de ideias que avança de maneira linear; não é uma longa marcha mecânica em direção ao progresso interminável da educação. Em vez disso, é um espaço cultural, intelectual, institucional e prático, constantemente, energizado por diferentes ideias (ou ideologias) que colidem entre si e se envolvem, se opõem e se entrelaçam umas com as outras como um mosaico móvel. Essas ideias não flutuam no vácuo: em todas as épocas e em cada sociedade, elas são levadas por pessoas, grupos, instituições, práticas educacionais; eles despertam paixões, debates, lutas por vezes adormecidas e latentes. Considere, por exemplo, o ensino dos sofistas que se opunham à educação grega tradicional, pedagogos humanistas em conflito com o escolástico, a Reforma Protestante desafiada pela Contrarreforma Católica, o construtivismo opondo-se ao empirismo e a nova educação criticando a pedagogia tradicional. Em suma, embora seja verdade que em todas as épocas e em cada sociedade, ideias dominantes e práticas educacionais podem ser identificadas, elas existem apenas como contraponto a outras correntes pedagógicas que buscam, incessantemente, se afirmar. Todas essas tensões, todos esses choques de ideias revelam que a educação, o ensino, a pedagogia são realidades humanas, sociais e culturais de extrema relevância. É, portanto, normal que haja embates, que elas suscitem debates e oposições dentro das sociedades.

Nesse sentido, se tentamos antecipar o futuro da educação, não basta identificar as linhas de força que atravessam o passado e o presente e que, presumivelmente, marcam o futuro, devemos considerar também as tensões em torno das quais essas linhas continuarão a se formar. Aqui, então, sem pretensões proféticas e com toda modéstia intelectual, estão algumas dessas linhas de força que ainda me parecem trazer um futuro na educação. Isoladamente, cada uma dessas linhas de força, sem dúvida, tem sua coerência interna: é sua convergência dentro de um quadro comum, a educação do futuro, que gerará novos avanços e, conseqüentemente, novas tensões.

2. O racionalismo

O racionalismo é um das principais linhas de força da tradição educacional ocidental. Serve como referência constante aos filósofos clássicos e teóricos modernos, sendo os primeiros a definir, imediatamente, o homem como um ser razoável (Sócrates,

Platão, Aristóteles, Rousseau, Kant, Hegel, etc.), este último se esforçando, sobretudo, para racionalizar a educação, tornando-a mais eficaz e mais científica, em suma, mais «racional».

A ideia básica do racionalismo, cujos fundamentos foram estabelecidos pelos filósofos gregos da antiguidade, é que a educação deve ser baseada nas «luzes da razão», e isso, pelo menos em um sentido tripla: primeiro, a educação deve promover o desenvolvimento do pensamento racional nas crianças (suas capacidades de argumentação, sua lógica, seu raciocínio, sua mente crítica, seu conhecimento. etc.); em segundo lugar, o educador deve respeitar a natureza racional do aluno e tratá-lo, não como uma coisa a ser moldada ou como um animal a ser adestrado, mas como um fim em si, como Rousseau diria, ou seja, como um valor absoluto; e em terceiro lugar, a educação deve ser baseada no conhecimento educacional racional e não em mitos, crenças, preconceitos, rotinas ou sentimentos.

A origem filosófica dessas ideias é óbvia. No entanto, ao longo dos últimos séculos, elas gradualmente penetraram na educação, na escola e na pedagogia. Assim, nossos vastos sistemas educativos contemporâneos tornaram-se instituições altamente racionalizadas: os professores seguem programas, buscam metas que foram estabelecidas por estados que foram aconselhados por especialistas, e muitas regras e normas regem seu trabalho. O conhecimento e os programas escolares são fatiados e seu progresso é rigorosamente planejado; os alunos devem adquirir conhecimentos racionais como gramática, matemática, tecnologia, história, geografia. Além disso, em grande parte, a educação contemporânea ainda se destina à formação de pessoas racionais, ou seja, cidadãos capazes de pensar por si mesmos e cujas ideias e ações são baseadas em raciocínio e conhecimento válidos. Em suma, ontem e hoje, a racionalidade é um valor central da nossa educação.

Tudo isso mostra que o racionalismo tornou-se, no início do século XXI, um arcabouço mental que serve como referência simbólica e discursiva para o conjunto de agentes escolares, e um sistema de práticas institucionalizadas nas organizações escolares, rotinas coletivas, atitudes e competências. A partir desse arcabouço mental, definem-se as regras para a produção e comunicação dos discursos educativos, bem como seus limites e valor: qualquer discurso sobre ou na escola será admissível e questionável, desde que se apresente como racional. Como sistema de práticas, regula e orienta organizações e atividades escolares de acordo com modelos racionalistas de ação: burocracia, ação guiada por objetivos, atividades planejadas, ensino curricular, especialização docente, ensino eficiente, etc. Atividades e projetos «irracionais» serão então denunciados, criticados e eliminados.

E por estar no cerne de nossa civilização, de nossas ciências e tecnologias, de nossos estados e instituições, tudo sugere que, no século XXI, o racionalismo continuará permeando ideias e práticas educacionais. No entanto, essa racionalização

da educação e da pedagogia envolve uma série de tensões e embates. A história da tradição intelectual ocidental é marcada pelo pluralismo de concepções de razão educacional: de Sócrates a Rousseau, de Freinet a Freire, da pedagogia tradicional do século XVII às pedagogias construtivistas e cognitivas de hoje, vemos que todas as concepções educacionais afirmam ser racionais, mesmo que, por vezes, divergindo profundamente em sua visão da pedagogia, do aluno e do professor. Tudo isso mostra que não há consenso sobre a natureza de uma educação verdadeiramente racional. Além disso, ao longo do século XX, muitos educadores denunciaram os excessos da racionalização da educação escolar, para se opor, por exemplo, à liberdade e ao desejo (Neill), sentimentos ou emoções (Rogers, Freud), à atividade espontânea da criança (Rousseau, Montessori), etc. Além disso, observa-se que a racionalização de nossos sistemas escolares tem múltiplos efeitos perversos, que inclui: a burocracia pesada, a proliferação de regulamentos e controles, a perda de autonomia dos professores frente a programas e diretrizes cada vez mais detalhadas, a crescente influência de sociólogos, psicólogos, psicopedagogos e orientadores educacionais, examinadores e avaliadores, tecnólogos, etc. na educação. Finalmente, o que hoje é chamado de «racionalização» muitas vezes consiste em uma subordinação ultrajante da educação à economia, correndo o risco de, em última instância, distorcer o potencial emancipatório da razão educacativa.

3. A ciência da educação

A ciência é a forma moderna dominante do racionalismo. É uma linha de força em nossa sociedade contemporânea. No século XVI, começou a se separar da filosofia e da religião e gradualmente ser transformada em uma empresa autossustentável. Desde então, a ciência alça voo de sucesso ao sucesso, notadamente pela parceria com a tecnologia e a indústria. No século XIX, esses êxitos levaram à ideia de ciências humanas e, posteriormente, à ideia de uma ciência da educação. No século XX, várias psicologias tentaram, por sua vez, definir-se como Ciência tendo como base a educação: behaviorismo, construtivismo, socioconstrutivismo, cognitivismo, etc.

Então, como vamos imaginar a evolução da ciência da educação no século XXI? Entre as muitas tendências atuais, uma tendência parece emergir com mais força: a fusão gradual da psicologia cognitiva com a neurologia. Essa fusão significa que o estudo do pensamento humano pode ser baseado em fundamentos biológicos, neurológicos e até físico-químicos. Este é, sem dúvida, um caminho a seguir, pois as teorias do desenvolvimento infantil, da aprendizagem, da memória, do raciocínio, da linguagem, etc. podem ser cada vez mais baseadas em fundamentos empíricos sólidos e verificáveis, e não na especulação teórica. De fato, nas últimas duas décadas, essas novas teorias renovaram significativamente algumas de nossas concepções de

aprendizagem. Por exemplo, sabemos agora que as crianças já têm um repertório muito mais amplo de habilidades intelectuais e de comunicação do que esperávamos na época de Piaget. Na mesma linha, trabalhos recentes em neuropsicologia destacam a plasticidade relativa do cérebro humano, inclusive em adultos: aprender novos conhecimentos e habilidades resulta na criação de novas redes de relações entre neurônios.

No entanto, deve-se admitir que muitos desses novos conhecimentos, embora extremamente estimulantes, não estão prontos a ser aplicados no mundo escolar e, especialmente, nas salas de aula. Em geral, o século XX nos ensinou, por meio da sucessão de diversas psicologias, que teorias científicas e conhecimento adentram com dificuldade na esfera da pedagogia escolar. De fato, quando fizemos um balanço das contribuições dessa psicologia para a educação no século XX, o resultado é bastante decepcionante. Psicólogos escreveram muito sobre educação, mas pouco de suas ideias se impuseram de forma real e sustentável nas práticas dos professores. Talvez tais ideias sejam inviáveis por não terem sido projetadas em conexão direta com as realidades do ensino em sala de aula? De fato, a maioria das psicologias tem concebido o aprender a partir de uma perspectiva clínica, estritamente individual e subjetiva: focam mais em entender o pensamento da criança do que em sua atividade coletiva em sala de aula por meio de suas interações com o professor e do conhecimento para aprender. Além disso, ao contrário da biologia ou da química, a psicologia não conseguiu conceber-se como uma ciência, inclusive as ciências cognitivas ainda são perpassadas por várias correntes científicas.

Tudo isso levou alguns pedagogos, como Freire e Freinet, a ver a educação e a pedagogia como ações políticas e atividades de emancipação, em vez de atividades de base científica, e outras, como Vygotsky e Bruner, a vê-las, principalmente, como atividades sociais ou culturais. Defendem a ideia de que a pedagogia é, acima de tudo, uma atividade orientada a valores e, portanto, não pode ser totalmente científica: aos seus olhos, a pedagogia nunca será uma tecnologia. A partir daí, questionar a contribuição da ciência para a pedagogia foi apenas um passo, passo esse rapidamente recuado.

4. A escola

Outra linha de força na história da educação nos últimos séculos, sem dúvida, está no surgimento da moderna instituição escolar, que gradualmente tomou conta do século XVII. Nos últimos quatro séculos, a escola tornou-se uma instituição dominante da modernidade. Inicialmente limitada ao Ocidente, a escola, posteriormente, se globalizou e todos os países a adotaram como instituição básica para a educação das novas gerações. Como essa vasta instituição evoluirá nas próximas décadas?

Lembremo-nos que o controle da escola tem sido, nos últimos séculos, um verdadeiro campo de batalha social. Inicialmente, a escola moderna nasceu com o movimento de reformas religiosas que marcou a divisão do cristianismo europeu a partir do século XVII. Posteriormente, tornou-se uma questão de luta entre as comunidades religiosas que a controlavam e os novos poderes estatais que surgiam. No final do século XIX, as várias Igrejas deram lugar aos Estados, que então estenderam seu controle sobre a escola: tornou-se uma instituição a serviço do Estado e da nação, notadamente impondo (às vezes violentamente) uma língua e cultura nacionais sobre todas as crianças. No entanto, o monopólio estatal sobre as escolas foi amplamente contestado ao longo do século XX, não apenas por grupos religiosos, mas também por indivíduos e grupos em favor de uma escola privada.

Para além dessas várias tentativas de controle político da escola perfilam-se questões fundamentais e atuais. A educação dos seres humanos sendo considerada como um bem, como um valor central de nossa modernidade, quem deve controlar esse bem e quem pode decidir sobre sua distribuição para os membros da sociedade? A educação é um bem comum para o qual o Estado deve assumir o comando e garantir a distribuição adequada? Essa propriedade pertence aos indivíduos, especialmente às famílias que são as primeiras responsáveis pela educação das crianças? Pode ser dividido em uma parte pública e privada, como acontece em vários países, incluindo o Brasil? As crenças religiosas, que são por definição individuais ou mesmo pessoais, têm lugar nas escolas, em uma instituição pública neutra nesse sentido? É muito provável que essas questões dominem o cenário educacional ao longo do século XXI e as respostas que receberão pesarão muito na educação escolar.

Mas a forma como a escola evolui não se limita a essa questão do controle político. De fato, a escola que nasceu no século XVII foi concebida, pela primeira vez, como uma instituição dominada por uma lógica de ordem. A pedagogia, fortemente inspirada na religião e em uma visão mecanicista do mundo, é então definida como a arte de controlar as crianças, os conhecimentos escolares e os professores em salas de aula. No entanto, nos séculos seguintes, essa lógica de ordem será cada vez mais desafiada. Esse desafio, impulsionado em parte pelos defensores da nova educação, foi radicalizado na segunda metade do século XX com a democratização das escolas, o que trouxe consigo novas questões relacionadas à heterogeneidade dos alunos e à diversidade de suas necessidades, mas também às suas origens sociais, culturais, religiosas, étnicas e linguísticas. Em suma, a pedagogia do controle e da ordem, ou seja, a pedagogia da autoridade absoluta não logrou êxito.

Com a democratização, estabelece-se uma nova ordem de valores pedagógicos: respeito à criança, diferenciação do ensino e respeito às diferenças, adaptação às variadas necessidades dos alunos, valorização de sua autonomia, de atividade e de liberdade de seus interesses, levando-se em conta suas perspectivas e representações,

etc. A escola continua sendo uma instituição coletiva que atende a uma massa de indivíduos, cujos percursos são gerenciados por longos períodos, muitas vezes, por mais de uma década. Atualmente, a pedagogia escolar parece estar em uma fase complexa de evolução que está longe de ser completa: tendo parcialmente se destacado dos antigos modelos de ordem e autoridade, buscando levar em conta a diversidade dos alunos e a complexidade do ato pedagógico dentro de uma escola democrática, bem como educa e preparar para a vida um número expressivo de alunos. Essa evolução, às vezes, leva os professores a uma verdadeira quadratura do círculo!

Finalmente, uma derradeira evolução vale a pena de ser destacada no que diz respeito à escola do futuro. Por muito tempo, a escola foi fechada em si mesma, porque tinha o monopólio do conhecimento oficial ou formal, ou seja, o conhecimento que os cidadãos deveriam adquirir para serem cidadãos plenos. Além disso, tinha autoridade legítima sobre esse conhecimento: apenas a escola e os professores poderiam repassá-lo aos alunos e avaliar sua aprendizagem, dando-lhes títulos, notas e diplomas. No entanto, com novas tecnologias de informação e comunicação (TIC), as escolas estão mais abertas à medida em que o conhecimento se espalha cada vez mais rapidamente e, amplamente, indo além, contornando ou até desviando o ensino proporcionado pelos professores em sala de aula. Além disso, as TIC também entraram na escola e na aula: nas próximas décadas, a presença física dos alunos em sala de aula ainda será necessária, por exemplo, no ensino médio? Estamos caminhando para novas práticas de ensino, essencialmente virtuais, em que os professores se comunicarão pela internet com os alunos? Mas se alguma aprendizagem cognitiva pode ser informatizada ou digitalizada, e quanto aos saberes e valores, muitas vezes informais, que são a base da socialização dos alunos, bem como as dimensões emocionais inerentes a qualquer relação pedagógica (apoio, ajuda, compreensão, escuta, feedback, reforço, etc.)? Além das TIC, a atual evolução da escola deve, sem dúvida, ser vista com certa crítica em relação ao monopólio escolar sobre conhecimento e qualificação: é normal que o sucesso escolar e acadêmico determine o destino de tantos indivíduos? Não podemos aprender em outro lugar e de outra forma? A educação escolar por si só esgota todo o potencial da pedagogia do futuro? Deve estar limitada às relações professor-aluno na sala de aula para sempre? É provável que essas questões estejam mais nítidas nas próximas décadas.

5. A criança

Costuma-se dizer que o século XX era o «século da criança», porque nunca antes havia atraído tanta atenção de adultos e educadores. O pensamento de Rousseau e outros educadores do século XIX foi parcialmente responsável, juntamente com a transformação de famílias, cujos descendentes eram cada vez menos numerosos e

mais valiosos. Em seguida, muitos psicólogos, como Freud e Piaget, mostraram que o desenvolvimento da criança segue um padrão particular (ele não é um adulto em miniatura) que exerce uma influência decisiva em sua vida adulta. Finalmente, o século XX foi marcado pelo reconhecimento dos direitos das crianças: o direito de aprender, o direito de crescer no seu próprio ritmo, o direito de ser respeitado pelos adultos, etc. Todos esses movimentos para crianças continuam e alguns se ampliaram. Organizações foram criadas até mesmo para proteger as crianças de possíveis abusos por parte de seus próprios pais, o que era inconcebível há algumas décadas atrás!

É óbvio que essa valorização da criança mudou sua relação com o professor. A ideia de que ele é um mestre a ser obedecido quase desapareceu! No mesmo sentido, a ideia de que o aluno deve ouvir passivamente o professor, atualmente, enfrenta limites. Nossas ideias modernas sobre crianças se conjugam com liberdade, atividade, interesse espontâneo, respeito, autonomia, etc. Ao final, parece para muitos que a criança é o verdadeiro motor da relação pedagógica: tudo começaria, passaria, acabaria com ela, porque é ela quem aprende, quem entende e quem se desenvolve.

No entanto, qualquer relação pedagógica é necessariamente triangular: envolve alunos, um professor e conhecimento para adquirir. Até que ponto a extrema atenção agora dada à criança corre o risco de desarticular essa relação triangular? Não passamos de uma criança passiva e obediente a um rei infantil? Os saberes a serem adquiridos (disciplinas e currículos) devem ser, necessariamente, e sempre, reconstruídos pela criança, sua mente pressupõe um recomeço eterno que deve reconstruir do zero o aprendizado da nossa antiga cultura ocidental? Resumindo, passamos de um extremo para o outro?

Não se trata de argumentar por um retrocesso, um retorno às velhas virtudes católicas de obediência e passividade das crianças : pelo contrário, devemos questionar o lugar da criança na dinâmica educacional futura. Entre uma pedagogia de ordem e uma pedagogia do *laissez-faire*, entre uma educação a partir de submissão da criança e outra baseada apenas nas atividades espontâneas da criança, não devemos ceder, nas próximas décadas, a uma pedagogia que dê às crianças o direito de descobrir e dominar o conhecimento por meio da ação mediadora de um professor?

6. O professor

A educação é tão antiga quanto a humanidade, enquanto o ensino, como função especializada, é mais jovem, uma vez que remonta, no Ocidente, à Grécia antiga e aos sofistas, os primeiros professores a ensinar conhecimentos gerais por um salário. No entanto, foi somente com o nascimento da escola moderna, por volta do século XVII, que o professor alcançou o posto de professor da classe e grupos de alunos. Assim, ocupa uma posição central dentro das novas instituições de ensino que se

desenvolveram ao longo dos séculos seguintes. Hoje, os sistemas escolares, embora tenham se tornado instituições estatais gigantescas que atendem a milhões de alunos, ainda contam com o trabalho dos professores em salas de aula com seus alunos. O trabalho do professor representa, assim, uma linha de força na evolução da educação ao longo dos últimos séculos.

Por muito tempo, o trabalho do professor foi confundido com o do clérigo, pois seu trabalho era uma questão de vocação e sua identidade pertencia em grande parte ao mundo religioso. Suas virtudes morais, obediência aos seus superiores, sua autoridade com os alunos eram mais importantes do que seu conhecimento intelectual e habilidades profissionais. No século XIX, na Europa, o mestre religioso deu lugar, gradualmente, ao professor leigo; no século XX, esse processo de secularização continuou.

No entanto, a transição do professor religioso para o professor leigo não muda, fundamentalmente, as práticas e identidades dos professores. Até meados do século XX, os professores permaneciam próximos ao modelo de vocação, pelo menos no ensino fundamental, o único ao qual grande parte das crianças tinha acesso na maioria dos países ocidentais. Desde o século XIX, esse modelo tem sido reforçado pela feminização da educação, que permite às autoridades políticas e educacionais valorizar o que chamam de virtudes femininas tradicionais: obediência, amor às crianças, senso de dever, limpeza, maternidade, etc. De acordo com essa visão, o ensino não requer conhecimentos e habilidades especializados: os professores, aos quais se credita instintivamente «a arte de educar as crianças», muitas vezes aprendem seu ofício no ato, por meio da experiência e imitação de professores experientes, enquanto sua formação se limita ao básico e, em muitos países, a um certificado de bom caráter.

De fato, enquanto a escola se desenvolveu em larga escala durante a primeira metade do século XX, assim como as grandes indústrias, paralelamente, a docência permaneceu próxima a uma visão de trabalho artesanal: possuir a vocação e um talento “natural e materno” para ensinar, fazendo com que a professora acreditasse que precisaria de um pouco de formação com livros, porque tudo mais, tudo o que é importante, aprenderia com a experiência, em contato direto com os alunos. Além disso, ao contrário dos trabalhadores da indústria que têm que trabalhar de forma colaborativa em grandes linhas de montagem, a professora acabou vendo o lado artesanal de sua profissão fortalecido pelo seu isolamento em sala de aula: ela realmente não precisa de outros professores para fazer a maior parte de seu trabalho. Assim, como artesã, ela se sente independente e responsável por todo o seu trabalho: ensinar.

No entanto, essa visão artesanal da formação docente e seu trabalho também deu lugar, por volta da década de 1980, a uma nova concepção desse ofício chamada profissionalização. Em comparação com a vocação, a profissionalização do ensino é caracterizada, por um lado, por ser recente, e, por outro, por sua ancoragem norte-americana. A profissionalização começou em meados da década de 1980 nos Estados

Unidos e rapidamente ganhou força de expansão global, primeiramente em outros países anglo-saxões (Canadá, Austrália, Grã-Bretanha, etc.), e mais tarde na Europa e América Latina. Hoje, independentemente do país, os programas de formação de professores pretendem formar profissionais, um conceito que difere de uma sociedade para outra.

Como podemos explicar uma expansão tão rápida? De fato, a profissionalização dos ofícios e das formações é uma tendência antiga que marcou, profundamente, o mundo do trabalho por mais de um século. Não é, portanto, um fenômeno específico à profissão docente. Ao longo do século XX, muitos grupos de trabalhadores (especialistas, profissionais de todas as faixas — engenheiros, médicos, advogados, psicólogos, etc. — administradores, gestores e executivos, técnicos de alto nível, etc.) se engajaram em um poderoso processo de simplificação de suas atividades, buscando formalizá-las por meio de regras. Estas foram objetivadas em discursos, ética, padrões de “boas práticas”, padrões de competência, etc. Essa racionalização tem sido acompanhada pela construção de bases de conhecimento específicas para cada grupo, estas últimas tendo sido integradas aos currículos universitários para se fundamentar em conhecimento científico. Grande parte da expansão das universidades no século XX decorre, justamente, desse vasto movimento de racionalização do trabalho e da profissionalização das formações. A partir da década de 1980, portanto, observou-se que a educação, por sua vez, integrou esse movimento.

Mas o que significa, concretamente, profissionalizar a formação de professores? Há 35 anos, pesquisas europeias e americanas, bem como declarações políticas promulgadas na maioria dos países ocidentais, enfatizam os mesmos elementos que podem ser vistos como ideais para guiar as reformas na formação de professores: 1) elevar seu nível cultural integrando-a à universidade, 2) enriquecer seus conteúdos incorporando os resultados de pesquisas, em especial, do campo da psicologia, pedagogia e do ensino, 3) dar maior ênfase à formação prática e fortalecer seus vínculos com os demais componentes dos programas, 4) avaliar não só os conhecimentos dos alunos, mas sobretudo a competência para implementá-los no ensino e, finalmente, 5) valorizar uma visão reflexiva do ensino, levando práticas inovadoras a serviço da aprendizagem do aluno.

Em princípio, se esses elementos forem implementados de forma eficaz, acontecerá a formação de novas gerações de professores como melhores profissionais, com conhecimento científico e habilidades práticas comprovadas para exercer sua profissão, ao mesmo tempo em que são orientados por uma ética baseada na qualidade da aprendizagem do aluno. No entanto, a história das últimas décadas nos mostra que esse movimento de profissionalização está longe de ser completo e que sua implementação ainda gera muitas resistências, inclusive entre os professores: seu desenvolvimento será, sem dúvida, uma linha de tensão nas próximas décadas.

7. A ecologia

Nos últimos 50 anos, temos testemunhado lentamente (muito lentamente, de fato) uma consciência global das muitas ameaças que nossa civilização industrial e capitalista representa para o meio ambiente : aquecimento global, perda de biodiversidade, poluição sistemática da terra e da água por nossos produtos de consumo, etc. Essa tomada de consciência pode apoiar-se em um forte consenso científico internacional oriundo das ciências climáticas, bem como das ciências da vida e da terra. Pode-se, portanto, supor que as questões climáticas se tornarão cada vez mais importantes nas próximas décadas na educação, no mundo escolar e na formação de jovens. É claro que precisamos preparar as novas gerações agora para enfrentar essas questões da maneira mais esclarecida possível, para que possam se engajar resolutamente em uma luta, global e local, contra o esgotamento dos recursos terrenos em benefício de uma minoria de possuidores e políticos autoritários.

A escola contemporânea oferece muitos cursos (ou disciplinas escolares) : formação em matemática, formação de história, formação de língua materna, educação física, etc. A formação ambiental e a educação ambiental devem também ser integradas de imediato. Evidentemente, a educação ambiental já existe, mas permanece muito limitada e, acima de tudo, não atinge a todos os alunos. Embora a educação esteja bem preparada para o futuro das sociedades, torna-se urgente que ela reflita as preocupações ambientais em larga escala, aumentando assim a conscientização e o empoderamento dos jovens de hoje e do amanhã. Contrariando alguns sociólogos, não acredito que a escola seja apenas uma instituição de reprodução da sociedade: ela também tem o poder de produzir seres sociais, socializados e cidadãos, cujas ações coletivas podem mudar nossas sociedades.

8. A mercantilização da educação

A escola moderna é uma instituição antiga. No entanto, desde a década de 1980, observa-se o desejo dos poderes econômico e político de muitos países em transformá-la em uma organização de produção: produção de pós-graduação, produção de habilidades, produção de trabalhadores bem treinados para atender, prioritariamente, às necessidades do mercado de trabalho. É a partir dessa perspectiva produtivista que ideologias educacionais e escolares baseadas em valores de desempenho, concorrência, prestação de contas, eficiência, desempenho, etc. foram implementadas nas últimas décadas. Essas ideologias pretendem submeter a educação a uma lógica de mercado; eles vêem crianças e jovens como capital humano em benefício da economia, que por si só é reduzida a uma lógica de competição internacional entre

as nações. Nesse contexto, a educação é comparada a uma mercadoria: seu custo e desempenho podem ser medidos utilizando-se de cálculos econômicos específicos.

Essa visão de mercado da educação é hoje amplamente difundida e defendida por grandes organizações internacionais, como a OCDE, Banco Mundial, etc. Onde quer que essa visão domine, transforma-se a educação em um mercado, frequentemente defendendo as vantagens da privatização dos estabelecimentos escolares e da «livre concorrência» entre si e entre as escolas públicas. A mercantilização da educação é a negação da educação concebida como formação integral do ser humano, como atividade cultural e como aprendizado para viver juntos. Representa uma ameaça significativa para o futuro da educação, particularmente, para os países do Sul que nem sempre têm os meios para responder aos ditames competitivos promovidos em todos os lugares. Pais, educadores e professores de todo o mundo devem lutar contra essa lógica de mercantilização da escola e da educação, porque onde quer que ela triunfe, gera desigualdade, iniquidades e injustiça. A ecologia e o desenvolvimento sustentável constituem uma luta contra a mercantilização da educação sendo, sem dúvida, um dos grandes desafios da escola amanhã.

Conclusão

Este texto ofereceu algumas pistas sobre o futuro da educação. Não é uma leitura do futuro, como alguns fazem, em uma bola de cristal ou em folhas de chá, mas sim uma tentativa, usando nosso conhecimento do passado e do presente, para discernir as linhas de força que parecem estar surgindo. Entre eles, o racionalismo ainda serve como referência para o discurso e as práticas educacionais institucionalizadas. Da mesma forma, a ideia de uma ciência da educação baseada mais em dados empíricos, particularmente da neurologia e da psicologia cognitiva, que está relacionada ao contexto da sala de aula, aponta-se cada vez mais no horizonte. Por outro lado, fica claro que a escola, pelo menos como a conhecemos hoje, será cada vez mais impactada pelas novas tecnologias. Nosso foco na criança e sua relação com o professor continuará sendo uma preocupação, pois as TIC ocuparão mais espaço.

Finalmente, o futuro da educação não pode ser separado do futuro de nossas sociedades e desta civilização humana que agora se tornou global. Aqui, porém, enfrentamos preocupações muito fortes e urgentes: aumento do aquecimento global, poluição sistemática da terra e dos oceanos por nossos produtos de consumo, rápida perda de biodiversidade, retomada das desigualdades, não só entre as pessoas, mas particularmente entre os países do Norte e os do Sul. Se realmente queremos que nossos filhos tenham um futuro, devemos torná-lo possível e viável para eles.

Nota sobre a tradução do artigo de francês para o português

Tradução realizada por Denise Gisele de Britto Damasco

Pesquisadora em pós-doutoramento no Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia da Educação - PUC de São Paulo

E-mail: denise.damasco@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0250-0776>

Referências

Arendt, Hannah. (1958). *Condition de l'homme moderne*. Préface de Paul Ricoeur. Traduction Georges Fradier. Calmann-Lévy : Paris.

Maurice Tardif

Professor Titular da Universidade de Montreal

Membro da Academia Canadense de Ciências Sociais

E-mail: maurice.tardif@umontreal.ca

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4719-8125>

Correspondência

Centre de recherche interuniversitaire sur la formation et la profession
enseignante (CRIFPE)

Faculté des sciences de l'éducation Pavillon Marie-Victorin, C-538

Université de Montréal Case postale 6128,

succ. Centre-Ville Montréal (Québec)

Canada H3C 3J7

Data de submissão: Dezembro 2020

Data de avaliação: Fevereiro 2021

Data de publicação: Setembro 2021